

## AS INICIATIVAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA<sup>1</sup>

Neli Aparecida de Mello\*

### RESUMO:

O presente artigo aborda iniciativas sociais e as atuais condições de sua realização na grande região amazônica, englobando as “Amazônias” dos diversos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica. O primeiro aspecto da abordagem é a valorização das políticas territoriais públicas, no contexto regional, relacionadas à conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis; a demarcação, registro, homologação de territórios indígenas; formação de capacidades locais e iniciativas em projetos de assentamentos rurais.

Como base metodológica, a análise é fundamentada na matriz ETPR (Estado – tendência – pressão – resposta), do PNUMA e IUCN, buscando ressaltar as pressões, tendências e respostas. No entanto, antecedeu a esta, a análise das informações das iniciativas sociais, orientando-se na visualização de cada projeto, dos atores envolvidos, dos meios utilizados e resultados obtidos, agregando-se a esta dinâmica os níveis e locais de realização dos mesmos.

A estrutura do texto, em 3 partes, ressalta que o assunto é profundamente interrelacionado, onde causas resultam em conseqüências as quais se transformam em novas causas. A primeira parte trata de uma caracterização geral do contexto regional e como as situações nacionais o impulsionam, analisando-se a favorabilidade ou o contexto desfavorável à situação encontrada e suas causas diretas e indiretas. A segunda parte analisa as iniciativas efetivadas por atores relevantes e as experiências que tiveram sucesso e as oportunidades que as mesmas puderam ou ainda podem gerar. Por último, o questionamento suscitado pela problemática da consolidação, continuidade e viabilidade política do processo.

### PALAVRAS-CHAVE:

Grande Amazônia , iniciativas sociais, políticas territoriais de conservação e sustentabilidade.

### ABSTRACT:

The present article approaches social initiatives and the current conditions of its accomplishments in the great Amazon region, including the various “Amazonias” of the diverse signatory countries of the Treat on Amazonian Cooperation. The first aspect of the approach is the valuation of the public territorial politics, in the regional context, related to the conservation and sustainable use of the renewable natural resources; the land marking, registration, homologation of aboriginal territories; formation of local capacities and initiatives in projects of agricultural nestings.

As methodological basis, the analysis is founded on the matrix ETPR (Portuguese abbreviation of “State - Tendency - Pressure - Reply), of PNUMA and IUCN, searching to stand out the

---

\* Doutora em Geografia e pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e da UMR Territoires et Mondialisation dans les pays du Sud (ENS/IRD).

pressures, trends and answers. However, preceding this, the analysis of the information of the social initiatives, orienting themselves in the visualization of each project, of the involved actors, the used ways and gotten results, being added to this dynamics, the levels and places of accomplishment.

The structure of the text, in 3 parts, stands out that the subject is deeply inter-related, where causes results in consequences which transform into new causes. The first part describes with a general characterization of the regional context and how the national situations stimulate it, analyzing the tendency or the favorable context to the joined situation and its direct and indirect causes. The second part analyzes the initiatives accomplished for excellent actors and the experiences that had had success and the chances that the same ones had still been able or can generate. Finally, the issue raised by the problematic of the consolidation, continuity, and politics viability of the process.

which goes from the rural (local) to the urban (portion immersed in metropolis), passing through the industrial (neighborhood), can not council the lived dimension.

**KEY WORDS:**

Bacia Amazônica, social initiatives, territorial politics of conservation and sustainability.

De qual Amazônia se fala? De qual ponto de vista? Ecológico, social, econômico ou político? Fala-se aqui da região de importância estratégica e de seu posicionamento entre o global e o local. Na "grande amazônia" vivem cerca de 30 milhões de pessoas, com uma grande diversidade social, cultural e étnica, o que demanda a construção de uma visão estratégica de longo prazo, através de um esforço integrado de todos os setores sociais da região.

Não se trata de fazer um balanço dos vários acordos de cooperação, nem do próprio Tratado, mas de ver qual o capital social construído e suas reais possibilidades de ir em frente, de superar os desafios colocados pela globalização e pela geopolítica. As conjunturas local, nacional e mundial mudaram radicalmente ao longo dos vinte e cinco anos de assinatura do Tratado. Novas institucionalidades foram criadas. Novos atores integram o cenário. A sociedade organizada conquistou espaços de atuação anteriormente inacessíveis e age pressionando governos e estados; sua presença tornou-se pré-requisito para qualquer atividade, em praticamente todos os setores econômicos e políticos.

Apesar da conquista democrática, inúmeros desafios ainda devem ser enfrentados. Entre os principais desafios encontra-se a necessidade de transformar as relações entre sociedade e Estado, que muitas vezes se fazem na base do clientelismo, e, acima de tudo, de formar o capital social. Nas sociedades latino-americanas, altamente desiguais e segmentadas, muitas vezes a pobreza é o único ponto de convergência. Constituem-se, além dos segmentos dominantes, por um conjunto de atores sociais, oriundos de diversas culturas e etnias, bem diferenciados, onde grupos rurais (colonos, camponeses, mulheres, sem-terra, etc.) agregam-se aos urbanos (sem-teto, favelados, etc) e a grupos indígenas completamente excluídos do processo de desenvolvimento.

Outro grande desafio é o político porque as perspectivas sobre a "Grande Amazônia" decorrem dos olhares nacionais, próprios de cada um dos países. Do ponto de vista político, a determinação soberana dos países sobre os territórios amazônicos não se discute. Apesar da nacionalização das Amazônias, alguns acordos regionais se articulam, associando, em composições diferentes, os distintos países da Bacia Amazônica. Da mesma maneira, o

tratamento regional de alguns dos seus problemas e de suas políticas públicas pode ser identificado. Não apenas os esforços desenvolvidos no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica ou da UNAMAZ, mas algumas posições conjuntas foram definidas ao longo das últimas décadas, como bem exemplificam a Plataforma de Tlateloco (1991), os critérios e indicadores de monitoramento florestal estabelecidos pelo processo de Taparopoto (1995).

O novo modelo, baseado em princípios de sustentabilidade, tem que se articular regionalmente. A mobilização social é requisito fundamental, assim como comprometer-se com a consolidação do capital social existente, a cooperação e confiança na participação dos beneficiários em sua própria gestão, potencializando-se o uso da riqueza ambiental e cultural, fortalecendo a institucionalidade pública e privada, se transformando assim, em mecanismo qualitativo de inserção mundial.

#### I - O contexto regional, as situações amazônicas e os desafios

O principal aspecto a ser destacado neste contexto regional é a heterogeneidade de situações amazônicas, tanto do ponto de vista da diversidade geográfica e social quanto de sua superfície. Caso seja a área da bacia do Rio Amazonas e as sub-bacias de todos seus afluentes, a Guiana, a Guiana Francesa e o Suriname não são amazônicas, já que seus rios não fazem parte da bacia, ao mesmo tempo em que parte dos Andes é incluída. Se for o ecossistema a referência, a região é definida pelo domínio da hiléia amazônica, ou seja, pela floresta tropical úmida com altas temperaturas, os Andes são desconsiderados, enquanto as Guianas são incluídas (Aragón, 2002). De qualquer forma, há uma concordância a respeito de que a Região Amazônica constitui-se numa bacia hidrográfica e em um bioma internacional, além de uma das mais importantes regiões do mundo por sua alta diversidade biológica.

A Amazônia "Andina", segundo Usselman (2003), correspondente a toda a vertente

oriental dos Andes e difere substancialmente da Amazônia Brasileira. Aparece muito mais dispersa e com grandes variações de altura e tem sido também campo de colonizações antigas, organizadas no século XIX e, mais recentemente, por estrangeiros: no Peru, os alemães; na Bolívia, os japoneses. Nessa Amazônia "Andina" ocorre ainda um forte processo de migração, das terras altas para os vales, dos agricultores seguindo os grandes vales e os rios que são os eixos de penetração. O movimento, acelerou com a criação e a construção de estradas, e atingiu tanto as terras altas e as capitais desses países, como também as cidades ou as redes de cidades recentes. Observa-se a forte ocorrência de frentes pioneiras em busca de terras novas, e também de cultivos ilícitos como a coca que é muito conhecida. Igualmente, a procura de outros produtos naturais como o petróleo e o gás puro para a exportação.

Na Amazônia brasileira, o processo de maior impacto é o de desmatamento, decorrente também da dinâmica de frente pioneira. Em 2002, os índices de desmatamento na Floresta Tropical atingiram o recorde, tendo sido desmatados 25.500 km<sup>2</sup>, sendo esta a segunda taxa mais alta desde o início dos anos 1990<sup>2</sup>. Apesar de serem inúmeras as causas do desmatamento, há amplo reconhecimento de que a expansão da fronteira agrícola, conduzida pela produção de soja e criação de gado, é uma de suas principais causas. Isto pode ser referenciado pelo aumento de produção desta oleaginosa, no mesmo ano, que atingiu níveis recordes, com aumento de produção, em relação ao ano anterior, de 40 para 50 milhões de toneladas. O significativo impacto ambiental de grandes extensões ocupadas com monocultivos comerciais se dá em detrimento do ambiente natural amazônico e das populações tradicionais regionais com conhecimento e práticas sustentáveis. A Amazônia Legal Brasileira oferece vantagens competitivas fundamentadas nas vastas extensões de terra a preços baixos, uma fronteira agrícola muito dinâmica e uma ambiciosa política de infra-estrutura para drenar a produção.

No embate do jogo de idéias, de forças políticas para a escolha de modelo(s) para o seu desenvolvimento, ela se torna, espaço de tensões, locus dos conflitos entre os que a vêem como um dos lugares-chave das “mudanças globais” e, entre outros, que a tomam como uma das últimas fronteiras de expansão econômica e territorial. Desde meados da década de 1990, este território, em permanente construção, tem sido o lugar onde proliferam experiências

voltadas para a sustentabilidade, com o aumento da governança, reconhecimento de novas territorialidades, gestão ambiental, conservação da biodiversidade e recursos genéticos, negociações de conflitos. Mas, ao mesmo tempo, lá continuam sendo implementados numerosos programas de investimentos que criam condições de rápidas transformações.

As políticas do Governo Federal brasileiro perseguem duas metas prioritárias, paradoxais: de um lado, aumentar as exportações – para gerar excedentes e pagar as dívidas – e do outro, conservar a Amazônia por meio de um modelo de desenvolvimento sustentável. Na Amazônia peruana – departamentos de Amazonas, Loreto, Ucayali, Madre de Dios - a política territorial é a de exploração dos recursos naturais do solo e sub-solo, a manutenção das comunidades indígenas e a gestão de áreas protegidas. Mas, o governo peruano sempre priorizou o “povoamento” da região, construindo-lhe infra-estruturas, implementando projetos de colonização para aumentar as superfícies agrícolas, responsáveis por um desmatamento de mais de 300 mil hectares/ano. As concessões petrolíferas – um milhão de hectares para cada uma das grandes empresas – oferecem excelentes perspectivas, sendo o gás de Camisea o mais promissor, em evidente conflito com o cumprimento das normas ambientais, tema pelo qual se batem as organizações ambientalistas e indígenas.

Na Bolívia – departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz – o processo de integração nacional se repetiu como no Brasil e Peru, especialmente por meio das infra-estruturas viárias. Entretanto, um ordenamento territorial baseado na proteção resultou da pressão de grupos indígenas e ambientalistas: no departamento de Beni, um conjunto organizado de territórios indígenas se interligam com áreas de proteção formadas por parques regionais, refúgios de vida silvestre, reserva da biosfera. Apesar da participação social neste aspecto, conflitos territoriais são originados do processo de ocupação com a coca, produção importante para a população local. No Equador, a Amazônia ocupa quase metade do país, com apenas 5% da população. O fácil acesso, a partir de Quito, contrasta com as dificuldades encontradas nas outras Amazônias. A política territorial de sucessivos governos, e o apoio à exploração de petróleo e gás, que contribuem fortemente para o PIB nacional, e a construção de oleodutos tem sido prioridade. Áreas de concessão atingem mais de 2,5 milhões de hectares, destacando-se entre elas as jazidas do Lago Agrio, na bacia do Aguarico, contra 2 milhões para proteção e representam graves ameaças para o meio ambiente. As empresas privadas pouco respeitam as reservas indígenas e as áreas protegidas. As experiências participativas e as redes de solidariedade são muito importantes no Equador e podem ser vistas como modelo para outros países. A Amazônia colombiana é a menos controlada, visto o grau de isolamento em relação ao próprio país. Suas fronteiras e territórios amazônicos são pouco controlados pelo Estado e há indícios de autogestão política e de que a produção da coca começa a se deslocar para o norte amazônico, notadamente no limite com a Venezuela. Os departamentos amazônicos de Bolívar e Amazonas, na Venezuela atualmente priorizam a gestão dos recursos naturais, conquanto nos anos 1970 fosse a colonização alicerçada na doutrina de segurança nacional. Parques, reservas e áreas protegidas foram criadas desde então. Apesar disto, o ordenamento não supera o isolamento e a condição marginal do território

do Amazonas. Conflitos se multiplicam entre pecuaristas e comunidades indígenas, enquanto a oligarquia de comerciantes se beneficia do monopólio das transações com o Estado. A integração com o Brasil se densifica, baseadas no asfaltamento da BR-173 (Manaus-Caracas), com a central hidroelétrica de Guri.

Este choque de idéias reflete as condições da globalização, simultaneamente econômica e ambiental. As condições dos diferentes grupos sociais na Amazônia não foram alteradas. Os benefícios da exploração dos recursos naturais não foram socializados. Por isso, é vital continuar buscando apoio e estímulo à continuidade das experiências alternativas.

Ocorrem também múltiplas visões. Pasquis et al (2003) mostrou a multiplicidade de visões, o mosaico de interesses e de propostas de desenvolvimento sustentável no Brasil. Cada ator tem sua própria definição do que é, e de como deve ser o processo de desenvolvimento na Região. A única concordância entre os mais diferentes segmentos sociais e setores econômicos é a respeito das culpas dos governos (federal, principalmente, e estadual). Culpa de ter optado por políticas desenvolvimentistas, as quais destruíram relações sociais tradicionais em função da forte imigração, pela invasão de territórios não reconhecidos, mas vitais para seus povos; por ter incentivado novos habitantes, com conhecimentos, costumes e práticas inadequadas ao novo ambiente; por ter incentivado a migração, sem as condições de infra-estrutura para a produção.

Também à exceção desta unanimidade, outra, mais conceitual foi identificada: todos os segmentos se autodefinem como construtores do novo modelo de desenvolvimento sustentável. Para os produtores de soja e pecuaristas, desenvolvimento sustentável é ter condições de escoar sua produção. Os madeireiros consideram o manejo florestal interessante, mas muito exigente e, portanto, inviável. Haveria que ser mais flexível, mesmo que, na realidade eles não cumpram o que foi projetado. Para os governos locais, o interesse no desenvolvimento sustentável está articulado à viabilização de novos recursos, com

investimentos externos. E assim, poder-se-ia listar indefinidamente todos os segmentos presentes.

No âmbito do movimento social, a abordagem dos princípios de desenvolvimento sustentável que se queira, está estritamente relacionado ao seu modo de vida: os indígenas ainda reivindicam fortemente a demarcação de seus territórios; as cooperativas demandam meios de produção e de comercialização; associações ambientalistas priorizam, entre outros requerimentos, por formas sustentáveis de produção ou pela conservação de áreas e de recursos naturais.

Conquanto o setor público se debate com uma capacidade extremamente restrita, as empresas madeireiras estão inseridas na cadeia de produção da madeira, dispondo de meios para comercializar seus produtos e possuir um relativo conhecimento do mercado.

Na Amazônia Andina, as empresas petrolíferas praticamente não têm cumprido com as legislações existentes em todos os países da região. É o resultado de um sistema econômico destrutivo do meio ambiente que facilita licenças de operação, sem considerar os princípios humanos e sociais básicos dos povos indígenas. Há companhias petrolíferas nos territórios Huaorani (província de Pastaza, Equador) e já foram autorizados várias concessões: Petroecuador, 14 a Vintage; 16 a Repsol-YPF; 21 a Kerr MacGee; 31 a Pérez Compac. Os impactos são bastante complexos, considerando-se as práticas habituais de assistencialismo, divisão, cooptação entre comunidades, povos e organizações. O objetivo de reduzir ou superar os conflitos é fundamental para assegurar as garantias do novo território, como as de proteção da natureza. A presença da vida humana, dos representantes dos povos

indígenas, tem contribuído para que promover uma melhor forma de superação de conflitos.

#### 1.1 - O contexto, o conceito e os métodos

A compreensão do que seja iniciativa social exige a retomada do conceito de capital social.

O conceito de iniciativa social e os métodos de estudos.

Não há consenso acerca do conceito de capital social, seja no âmbito da academia, seja no das instituições. A CEPAL (2001) considera capital social como o conjunto de relações sociais baseadas na confiança, com comportamentos de cooperação e reciprocidade. Para diversos pesquisadores como Fukuyama (2001), fundamenta-se em valores que promovam a cooperação social. Norman Uphoff lembra que o capital social é uma reserva (stock) que produz um fluxo de benefícios e uma ação coletiva mutuamente proveitosa. Guilherme Sunkel, complementa o conceito de Durston, Robison, Siles e Schmid e considera que o mesmo inclui a participação em redes, a reciprocidade, a confiança, as normas sociais, a pró-atividade. Vê o capital social como uma visão positiva da capacidade para superar as limitações da pobreza; como uma premissa que permite o estabelecimento de critérios orientados ao fortalecimento da integração social. Putnam, um dos maiores pesquisadores do tema (in Couto, 2003) considera que o capital social é caracterizado pelo grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, as normas de comportamento praticadas coletivamente e o nível de associativismo. Estes elementos são considerados a riqueza e a fortaleza do tecido social interno de uma sociedade. A coesão, os componentes que podem resistir aos embates de interesses no processo de desenvolvimento.

O capital social é, portanto, subjetivo. São valores e atitudes que influenciam as pessoas que se relacionam entre si e tem capacidade para resgatar a cultura local e reproduzi-la de forma dinâmica e a benefício de todos.

Inúmeros outros autores poderiam ser relembrados, adotamos para fins deste estudo o de Anthony Bebbington, que admite o enfoque principal que se refere às organizações camponesas nos processos de intensificação da produção agrícola, o uso de recursos e estratégias de vida. Considera que o capital social está fundamentado nas redes sociais e nas formas associativas da sociedade civil, e pode ter efeitos nas funções do mercado e governamentais.

Portanto, alguns aspectos do capital social estão relacionados com a capacidade específica de mobilização de grupos de determinados recursos e com redes de relações sociais. São estes comportamentos que permitem o ganho de poder das ações orientadas a incrementar, a capacidade de mobilização de um grupo, expandindo e fortalecendo o alcance das redes nas quais os membros de um grupo participam, promovendo a cooperação deste grupo com outros, mediante a conexão de suas redes.

Além da diversidade de conceitos que vem sendo estabelecidos para definir capital social, em algumas instituições multilaterais, como o PNUD, inclui-se a definição de ativo social. Considera-o como o resultado eficaz e multiplicador dos investimentos das políticas públicas ou privadas de caráter social e se opõe à prática de obtenção de resultados apenas passivos e compensatórios. O ativo social é o resultado que gera produtos alavancadores de desenvolvimento, com garantia de retorno humano, social, econômico e ambiental para as gerações futuras, pautado na dignidade e na justiça social.

Quanto ao método, optou-se por analisar iniciativas voltadas ao ordenamento territorial, assentamentos humanos e assuntos indígenas, destacando entre eles o zoneamento ecológico-econômico, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais renováveis, a diversidade cultural e os direitos territoriais indígenas, o apoio às capacidades locais, projetos em assentamentos rurais. A análise adota a seqüência estado / tendência / pressões / respostas da matriz da IUCN.

## II - As iniciativas

Experiências valiosas, resultantes da diversidade cultural existente na América Latina, estão sendo construídas. A análise a seguir pauta-se na matriz ETPR e considera as iniciativas sociais realizadas por diferentes atores na região amazônica, as organizações não governamentais e governamentais, comunidades indígenas e outros tipos de comunidades locais e suas redes, setor privado, cujos recursos podem ter tido origem em doações ou empréstimos, por agências de cooperação bilateral ou multilateral, ou ainda em fundos nacionais setoriais. Essas organizações são partícipes em debates relacionados aos temas amazônicos, transformando a maneira de fazer política e constituindo equipes governamentais, ou concorrendo a cargos eletivos. São representativos de segmentos sociais locais (indígenas, extrativistas, seringueiros, etc.), cooperativas de pequenos produtores que se unem a ambientalistas locais, nacionais e internacionais criando um espaço de negociações. A organização e participação destes grupos sociais em processos políticos contraria grupos dominantes e os potencializa como atores principais do desenvolvimento.

### a) Estado

A situação da participação social é bastante diferenciada no contexto de América Latina. Com a consolidação do processo democrático não há um só Conselho (federal, estadual ou local) que não inclua a sociedade civil, a qual, depende, no entanto, de apoio financeiro para sua mobilização.

A descentralização se constituiu em uma das reformas políticas mais presentes, seja porque resultam de processos internos de democratização dos sistemas políticos nacionais, seja pela pressão de organismos internacionais, seja por ambos. Em vários países a descentralização administrativa trouxe em seu bojo a participação social. Em países como o Brasil, Bolívia, Peru e Colômbia essa reforma prosperou em alguns setores como o de serviços, os relativos à gestão ambiental,

deixando às localidades parte de suas competências. Os resultados deste processo são muito diversificados e, dependendo da composição dos governos locais, da importância do setor florestal na economia dos municípios, origina contradições e conflitos.

A transferência de responsabilidade pela gestão dos recursos naturais foi consequência indireta do processo de descentralização, resultou parcialmente das lutas regionais para assegurar que as regiões florestais se beneficiassem do aproveitamento da madeira, e, foi também uma resposta ao crescente consenso internacional a favor da maior participação local em manejo de recursos florestais (Kaimowitz, 2000).

Na Bolívia, as leis de Participação Popular (nº 1551) e de descentralização administrativa (nº 1654), regulamentaram o procedimento de participação das organizações sociais. Elas foram reconhecidas como Organização Territorial de Base (OTB), tanto as comunidades indígenas, camponesas, sindicatos agrários ou comitês urbanos participam dos "Comitês de vigilância" para fiscalizar as ações dos prefeitos e conselhos municipais e sobre o uso das finanças. A descentralização induziu modificações no centralismo do Estado. Formularam-se políticas florestais departamentais, impulsionada pela tendência internacional de promover maior participação comunitária no manejo de recursos e na gestão das áreas protegidas. Em 1996 aprova-se a nova lei florestal (nº 1700), que estabeleceu o "regime florestal nacional", que permite concessões a companhias privadas por um período de 40 anos, renováveis a cada cinco anos. Manteve-se o direito exclusivo dos povos indígenas na exploração dentro de seus territórios, assim como dos proprietários individuais, dentro de suas propriedades.

No Brasil, União, Estados e Municípios são considerados membros da Federação e possuem autonomia para elaborar suas Leis Orgânicas. Cada nível de governo possui os três poderes, e pode criar Conselhos com participação popular. Castro (1996) ao analisar o processo de descentralização, iniciado em 1988 no país, considera que o mesmo reverteu a tendência

centralista do regime militar (1964-1984) e vêm promovendo o fortalecimento financeiro de Estados e Municípios em decorrência da transferência direta de responsabilidades e recursos federais. Em vários setores, como saúde e educação, a descentralização é efetiva. No entanto, quanto à gestão local dos recursos naturais a mesma é incipiente, se debatendo entre interpretações diferenciadas das competências administrativas e os desinteresses locais (Mello, 2002). Não obstante, a difusão de experiências realizadas por ONG's e cooperação internacional vem alterando gradualmente este processo: as mesmas requerem, em seus programas, o envolvimento das municipalidades na gestão de seus próprios recursos. Estas foram estimuladas a constituir secretarias ou departamentos de meio ambiente, em suas estruturas governamentais (\$\$\$ poderia vir o mapa dos conselhos brasileiros). Mas, em função do sistema federativo, as políticas estaduais são extremamente variáveis e suas estratégias, diretrizes e prioridades podem apontar em direções opostas.

A participação social mantém-se entre altos e baixos. O nível de institucionalização das organizações sociais brasileiras é extremamente variado, indo desde o mais baixo nível de organização à estruturas profissionais. Contudo, cerca de 70% funcionam com menos de U\$ 10 mil por ano, só um grupo de elite acessa o circuito internacional e os fundos públicos. Quase não há relação ou apoio com o setor privado, há falta de confiança entre ambos os setores.

Esta situação parece repetir-se, no contexto dos outros países amazônicos e não se distingue enormemente da brasileira.

No Peru, o Directório Ambiental (2003) elenca 193 organizações ambientais cadastradas e executoras de projetos em Lima e 191 nas províncias.

A participação vem decrescendo sensivelmente e está reduzindo o seu poder de influência (Crespo, 2002). Em 1992 eram aproximadamente 2000 organizações chamadas

de ambientalistas, das quais 1450 participaram do Fórum de ONG's durante a Rio 92. Em 1995, apenas 725 ONG's e 260 agências governamentais ambientais de controle e fiscalização. Elas estiveram presentes na constituição do quadro legal: lei das águas (1997), lei de crimes ambientais (1998), código florestal; Agenda 21 (+ de 500 ONG's contribuíram, lideradas pelas ambientalistas). Em 2002 apenas 430 ONG's estariam participando em Joannesburgo. Suas abordagens se caracterizam pelo:

- i) Foco temático das ONG's na Agenda Verde baseada na proteção da biodiversidade, uso sustentável da água, educação ambiental (nesta houve um processo de feminilização da temática). Há inclusão de temáticas voltadas para os problemas urbanos e dejetos. Para elas, os problemas mais sérios são: a) desmatamento e queimadas, b) dejetos e saneamento, c) contaminação das nascentes e poluição da costa. Uma agenda que se torna cada dia mais complexa (OGM, pobreza, etc).
- ii) O sócio-ambientalismo é pouco contraditório, pois considera que a convergência beneficia apenas o movimento social tradicional. Ocorreu um grande crescimento na institucionalização das networks: Mata Atlântica; pró-Cerrados, GTA, Rios Limpos.
- iii) Há uma comunidade ambientalista segmentada em setores de negócios, movimento social, setor público. Encaram um ambientalismo de resultados e a justiça ambiental.

A cooperação internacional ainda tem sido um dos pilares da descentralização da gestão florestal para Estados e Municípios amazônicos, especialmente através do PPG7 (SPRN) e do PNMA (PED), que permite a adoção de novas estratégias para enfrentar os problemas ambientais, por meio de parcerias entre governos (federal, estadual e municipal), o setor



privado e a sociedade civil. Da mesma maneira, os Fundos setoriais: o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e uma série de fundos para promoção de biodiversidade, dentre eles o Funbio, criado com recursos do GEF e administrado pela Fundação Getúlio Vargas, os novos fundos criados pelo Banco Axial. Para a América Latina, o Fundo de Biodiversidade da América Latina, criado pelo International Finance Corporation do BIRD é um dos balcões de financiamento. No entanto, quando o financiamento chega, os países têm que se adaptarem às guidelines dos doadores (Alemanha em primeiro, Canadá proeminente, USA).

Outra estratégia que se repetiu pela América do Sul, com financiamento do PNUD e BIRD, foi a implementação de foros populares para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLIS). Um balanço de sua implementação mostra saldos negativos e positivos: alguns municípios transformaram o plano em sua política local, com resultados concretos; outros se serviram do mesmo como espaço de oposição aos governos locais, bloqueando realizações. No Brasil, um dos programas nacionais que incentivou a participação popular na elaboração de políticas públicas foi o Comunidade Ativa (nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002).

Além das estratégias governamentais, uma das maneiras de convencer as municipalidades a investirem no setor florestal é por meio de acordos de cooperação. Geralmente as ONG's são os atores mais abertos e aceitam, ou até mesmo procuram, trabalhar com os governos locais. Estas organizações prestam assessorias a projetos alternativos de desenvolvimento e promovem atividades de educação ambiental e capacitação técnica a funcionários municipais. As empresas privadas também mostram interesse por este tipo de cooperação desde que signifique oportunidades de negócios. Algumas municipalidades desenvolvem projetos de reflorestamento e implementação de sistemas agroflorestais com empresas madeireiras privadas.

Apesar da atribuição às municipalidades (Lei nº 9985) tenha atribuído o poder de criar unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral, a criação de Reservas Florestais Municipais é pouco utilizada pelos prefeitos municipais no Brasil. Na Amazônia brasileira, vários projetos foram apresentados, normalmente por grupos de base que dependem da floresta para seu sustento, mas poucos foram os resultados concretos, visto que há uma predominância da influência dos setores dominantes da região (madeireiros, pecuaristas, etc) que vêem os extrativistas e pequenos agricultores como obstáculos à expansão de suas atividades. Normalmente há oposições municipais à criação de parques nacionais ou demarcação de terras indígenas, com argumentos de que as mesmas impedem o uso produtivo da terra e o crescimento econômico local. São conflitos territoriais de uso que envolve distintos níveis de governo.

#### b) Tendências

Pode-se considerar que a década de 90 foi o período áureo da expansão e influência das idéias ambientais, de desenvolvimento sustentável e de participação. Novos atores participaram na definição de políticas, reivindicando, mas, especialmente definindo novos modelos por meio de experiências locais. Lançaram idéias que recolocam localmente as preocupações mundiais sobre o meio ambiente, desenvolvimento sustentável, proteção da biodiversidade, das florestas, do patrimônio natural.

Ampliaram-se os discursos a favor da preservação, da conservação e do uso sustentável. As políticas nacionais ganharam visibilidade com a definição de prioridade estratégica para a resolução dos problemas de degradação do meio ambiente e de mudança dos modelos de desenvolvimento. A participação social nos processos decisórios foi exponencialmente estimulada depois da(s) ditadura(s), ampliando o poder de influência de atores diversos, desde sindicatos rurais ou

urbanos, associações comunitárias e profissionais, indígenas e camponesas.

Ao contrário de todas as expectativas, no Brasil, por exemplo, dois fatores políticos mais globais conturbaram profundamente a nascente ação do capital social: a utilização do mecanismo de medidas provisórias pela Presidência da República e a utilização do discurso da sustentabilidade indiscriminadamente. Esses fatores têm prejudicado, colocado uma cortina de fumaça, em iniciativas que realmente poderiam contribuir para modificar o status quo, os modelos de desenvolvimento que incorpora terras novas, sobretudo em áreas de floresta, sem atribuir-lhes seu real valor. Mesmo as atividades mais impactantes, como a exploração seletiva de madeira, o avanço de áreas de plantio de soja, ou de pecuarização estão "convencidos" de que promovem um desenvolvimento com sustentabilidade.

Outras dificuldades se agregam, colocando em questão a real viabilidade de mudanças mais amplas e significativas.

Diferentes estratégias têm sido traçadas para a utilização do mesmo território, pelos governos nacionais da Grande Amazônia. De um lado, continuam sendo implementadas políticas de ampliação de infra-estruturas econômicas. De outro, separadamente, as políticas de inclusão social e de gestão ambiental, não considerando as conseqüências de uma sobre a outra.

Estas tendências indicariam que os espaços destinados à conservação e experimentação de modelos sustentáveis estariam destinados a competir com os espaços de produção intensiva que estão sendo integrados pelo avanço capitalista. Nesta competição, os espaços de preservação se reduzirão a ilhas isoladas, que poderão ser invadidas para a posse de terra ou mesmo para a apropriação dos recursos naturais, como ocorrem nas áreas protegidas da Mata Atlântica ou dos Cerrados brasileiros.

As experiências, políticas e ações demonstrativas que estão sendo geradas como

resultados de programas ambientais são processos extremamente lentos, que cobrem superfícies menores, e são vistas apenas como alternativas, criando dois modelos de organização espacial: experiências marginais sustentáveis em poucos locais, por vezes, integradas aos mercados nacional e local, em muitos casos com recursos, tecnologias e formas de gestão também internacionais, enquanto outras áreas, sobretudo as produtoras de soja, são inseridas na competição do mercado mundial.

Na Bolívia, as regulações florestais ocorrem simultaneamente ao processo de descentralização, com a transferência de maiores responsabilidades para as autoridades locais, embora muitas etapas como o sistema de fiscalização em florestas públicas e controle da exploração ilegal continuem sendo responsabilidade do governo central, mesmo que haja uma certa participação das Prefeituras. Várias atividades foram transferidas aos governos municipais e regulamentados alguns tipos de unidades florestais: as UFM (unidades florestais municipais, em 1997), que garante o recebimento das patentes florestais, caso o município as instalem; assim como as associações sociais do lugar (ASL) podem desenvolver operações florestais em pequena escala, em até 20% das florestas públicas. Ao mesmo tempo, muitas vezes ocorrem superposições de demandas (Unidades florestais municipais) com áreas definidas pela Reforma Agrária (INRA).

Avanços e dificuldades se intercalam: a descentralização desencadeou um intenso processo, no nível local, de mobilização de recursos e capacidades vinculadas à gestão de recursos florestais. Líderes locais (indígenas, camponeses / colonos) têm concorrido a cargos eletivos.

Da mesma maneira, a população pode participar do planejamento do investimento público e da fiscalização do gasto. Isto forçou um processo de negociação com grupos antes marginalizados pelas elites locais, muitas vezes defendendo as demandas territoriais de grupos indígenas. Pode-se dizer que a descentralização

tem apoiado indiretamente a conservação (ainda que esta não seja sua meta explícita). Por outro lado, se a elite local tem interesses na produção de forma não sustentável, que querem aceder às áreas florestais para extração de madeiras, o efeito pode ser desastroso.

A lenta implementação das políticas de gestão florestal e diferentes tipos de conflitos de uso, também contribuem para as dificuldades reais de mudança de modelo. O processo de delimitação e determinação do apoio financeiro para as reservas municipais é lento e burocrático. As associações carecem de habilidades administrativas e contábeis para administrar eficientemente; os produtores carecem de uma tradição associativa. Pode-se dizer que a formação de capital social ainda é insuficiente, havendo dependência de apoio, de assistência técnica e financeira da cooperação internacional e de projetos florestais com ONG.

#### c) Pressões – Ameaças

Um dos perigos da descentralização para os setores de conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis é a tendência inequívoca de que a prioridade é para um modelo de desenvolvimento de curto prazo, que não privilegia a manutenção dos ecossistemas em pé.

O forte componente político do setor ambiental, ao envolver a participação de distintos grupos sociais, ao colocar em questionamento a forma de acesso aos recursos, intensifica os conflitos de interesse, com fortes repercussões locais. Os dirigentes locais são, muitas vezes, representantes dos interesses econômicos dominantes ou estão a eles associados, traduzindo-se em uma generalizada falta de vontade política de promover a gestão florestal ou mesmo o ordenamento dos territórios. Suas políticas se traduzem na pressão a instituições de crédito para a agricultura e pecuária; no empenho em buscar assistência técnica em agências federais de fomento e pesquisa, em incentivar a produção que coloque em marcha o comércio de insumos e equipamentos agrícolas.

A Amazônia brasileira se distingue como a última fronteira de expansão, como o último "reservatório" de terras e de recursos naturais. O avanço agrícola e florestal é simultâneo: a madeira é usada à medida que se incorporam novas terras para a agricultura e pecuária. Segundo Vianna (1999) a expansão da fronteira se caracteriza por três cinturões simultâneos: o madeireiro, o da pecuária e finalmente, o da soja, um, efetivamente contribuindo para a instalação e consolidação do outro. Neste contexto, o discurso de proteção e uso sustentável dos recursos encontra respaldo apenas junto a grupos excluídos do processo dominante. Pode-se caracterizar, assim, um círculo vicioso no processo de degradação: primeiro, chegam as madeiras, que retiram as espécies de maior valor e empobrecem a floresta, em seguida, estas terras são ocupadas pela pecuária, ou apenas pela rizicultura, que "amansa" a terra, e, num terceiro momento começam a produção de grãos, a soja em particular. Aos poucos esta terra foi exaurida (agrotóxicos, erosões, perda generalizada da biodiversidade, etc) obrigando aos produtores um novo deslocamento, mais longe, onde as terras possuem ainda baixo preço. Retoma-se o mesmo ciclo da destruição.

As políticas públicas de infra-estrutura possuem, ainda, maior poder econômico e de modificação territorial, ambiental e social. Os antigos programas Brasil em Ação e Avança Brasil se caracterizaram por marginalizar, ainda mais, o setor ambiental, ao reduzir seu orçamento a menos de 6% do total de investimentos (Mello, 2002). No PPA 2004-2007 esta tendência é contraditória: praticamente as mesmas grandes obras descritas no Avança Brasil continuam sendo previstas, ainda que o Plano Amazônia Sustentável (PAS) do presidente Lula, tenha acenado a cinco dos Estados amazônicos em um "redesenho" institucional visando superar a dispersão, desconexão e conflito entre diferentes políticas e projetos e, acima de tudo colocando a população como centro dos investimentos governamentais na região. Esse Plano promoveria o "desenvolvimento ambiental com

inclusão social", servindo-se do conhecimento da população como a base do desenvolvimento regional. Dessa maneira, aprovou a continuidade do Programa Amazônia Solidária como forma de luta e solidariedade contra a exclusão. Como há contradições entre o PAS e o PPA, ressaltadas por deputados da própria base de sustentação do governo, será necessário, na revisão do PPA.

Implantadas estas obras e modelizando-se as tendências, deverá continuar a incorporação de novas áreas com o desperdício de recursos naturais. Repetindo-se o processo com as mesmas variáveis, é bastante provável que a pressão, tanto sobre novas áreas, ainda pouco alteradas, como em regiões onde as dinâmicas de ocupação do espaço já resultaram em modificações dos ecossistemas amazônicos, seja ainda mais intensiva. A relação custo-benefício é mais vantajosa na incorporação de novas áreas da floresta nativa, pois o custo de derrubada da floresta primária é mais reduzido que o custo de limpeza das áreas de capoeiras ou de áreas que já se encontram alteradas. Isto significa novos desmatamentos, voltados, sobretudo para a produção da soja, movida pela dinâmica do mercado internacional.

A produção de soja tem como destino principal o consumo animal e, portanto, interfere no consumo mundial de carnes. O complexo produtivo está organizado de maneira muito eficiente e envolve uma grande diversidade e quantidade de atores, observando-se claramente que não se trata mais apenas de uma cadeia produtiva. É preciso considerar também atores sociais, econômicos e políticos que não estão, necessariamente, diretamente envolvidos na produção e comercialização da soja. Cada ator tem um papel essencial e um peso específico no funcionamento na cadeia. A produção do grão é apenas uma da série de atividades que foram se desenvolvendo para apoiar essa dinâmica: indústrias, traders, empresas de pesquisa, estruturas logísticas, revendas, corretores, empresas de planejamento agrícola, bancos, empresas de informações... Impressionante o número de

atividades desenvolvidas assim como o impacto econômico nas regiões produtoras.

Na Amazônia Andina, os perigos e riscos ligados à exploração petroleira têm sido denunciados freqüentemente. Destaca-se que a valorização desta região ocorreu após a descoberta destes recursos não-renováveis. Infelizmente há coincidência territorial quanto à localização das jazidas e a de terras indígenas. A sociedade está mobilizada, mas as políticas emanadas do Estado "desenvolvimentista" colocam em risco uma série de áreas declaradas como protegidas: a Reserva faunística Cuyabeno, criada em 1979, no Equador. Da mesma maneira as comunidades indígenas de nacionalidade Sionas e Secoyas e a comunidade Kichwa de Zancudococha y Bocana Del Cuyabeno. Na Bolívia, a Reserva da Biosfera e Território Indígena Pilon Lajas, o Parque Amboró y el Madidi. A gestão das áreas protegidas enfrenta uma série de conflitos, pois as empresas dirigem-se aos mais altos escalões de governo para aprovar os projetos de exploração sísmica, de dutos e de exploração petroleira dentro de áreas protegidas e territórios indígenas, buscando se reduzir ao mínimo o cumprimento das exigências ambientais e sociais e sem respeitar os planos de manejo ou zoneamento. O gasoduto Brasil-Bolívia também é objeto de contestação pelos povos Chiquitanos e Ayoreos. Outros gasodutos também são objeto de contestação: no Peru, paralelo ao rio Marañon e a política de gasodutos transcordilheira, da SOTE (Sistema de gasodutos transequatorialiano) do Equador.

#### d) Respostas

Apesar da força econômica dominante e das inúmeras dificuldades já relacionadas, concluir que não há possibilidade de mudança seria impedir que o próprio capital social constituído se exprimisse. Os avanços identificados, ainda que sejam marginais, não são poucos e são altamente significativos para o prosseguimento das mudanças.

Podem-se buscar alternativas para as dificuldades financeiras ou de gestão. Os

Na Amazônia Boliviana, Pacheco (2001) ressalta que o processo de municipalização e de participação popular, em implementação desde 1994, conseguiu alguns resultados. Um estudo realizado pelo CIFOR, em parceria com o projeto BOLFOR, o CEDLA e a Fundação Terra, com recursos da USAID mostrou:

1) Florestas: aproveitamento seletivo com quatro espécies (mara, cedro, roble, ochoó) representou 60% da madeira produzida entre 1985 e 1996;

2) Desmatamento: uma taxa anual de 0,4% entre metade dos anos 80 e a metade dos anos 90 em função da agricultura mecanizada, principalmente soja, ou outros cultivos de exportação; a expansão da pecuária e a agricultura em pequena escala;

3) estrutura fundiária: demandas indígenas chegam a 22,3 milhões de ha para serem reconhecidas como terras comunitárias de origem (TCO), dos quais cinco milhões têm potencial florestal. Cerca de três milhões tinham sido tituladas até início dos anos 2000.

4) Apesar dos PLUS (Planos de uso do solo), realizados sob a responsabilidade das prefeituras departamentais, em escala 1:250.000, serem obrigatórios, não são suficientemente detalhados para as necessidades municipais. Maior esforço foi da prefeitura de Santa Cruz (meados dos anos 90) em conjunto com a porção norte dos municípios Santa Rosa e San Carlos e apoio da GTZ. O Projeto de Manejo sustentável dos recursos naturais (MASRENA) continuou o trabalho, alterando muito pouco os esforços desenvolvidos anteriormente. Até 2001, MASRENA apoiou 5 municípios na formulação dos PLOT (Planos de Ordenamento Territorial): Cabezas, Yapacani, Santa Rosa, San Carlos e Charagua.

5) conflitos fundiários e de gestão no estabelecimento de novas áreas protegidas pelos governos municipais. Há superposições de áreas indígenas e áreas protegidas. Há restrições às atividades madeireiras, que acabam se mantendo dentro da ilegalidade e da informalidade. Com a consolidação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) os governos municipais encontram uma realidade difícil de ser revertida frente a grupos de interesses locais, mas acabam por tentar obter alguns benefícios com a atração de fundos externos e de cooperação técnica.

Entre seus diferentes resultados se destacam os fortalecimentos institucionais do setor, a definição de abordagens ambientais e sustentáveis, o crescimento da qualidade e do volume de comercialização de produtos madeireiros e não madeireiros; o apoio à certificação florestal, à criação das UFM e a gestão pelos ASL, o apoio aos planos de manejo florestal nos territórios comunitários de origem (TCO). Cursos de capacitação, manual técnicos e assistência técnica também fizeram parte do Programa, assim como o sistema de alerta de incêndios florestais e o monitoramento do desmatamento entre 1993 e 2000.

O BOLFOR continua. Sua nova fase se estrutura em 3 unidades: apoio ao setor público, ao setor florestal comunitário (ASLs, TCOs, etc.) e unidade de pesquisa florestal aplicada. A estratégia para o desenvolvimento integral da floresta amazônica, estudo que destaca basicamente as possibilidades de comercialização dos produtos amazônicos e destinado à organismos financeiros. Este programa foi de fundamental importância para a política de preservação da Amazônia boliviana, por meio do manejo florestal sustentável e proteção da biodiversidade.

governos locais podem mitigar a falta de recursos com a associação a atores externos, organismos de outra esfera de governo, organizações não governamentais, agências de cooperação internacional ou bilateral. Ao mesmo

tempo, a conjuntura local boliviana contribuiu bastante: não há fortes vetores de pressões ligadas às infra-estruturas rodoviárias, não há "corredores de exportação" para a madeira, o desmatamento é menos significativo.

No Brasil a participação popular foi apoiada financeiramente por meio de projetos governamentais financiados com recursos gerenciados pelo BIRD e BID, e através de cooperação técnica. O PPG7 conseguiu abranger diversas municipalidades da Amazônia através dos Projetos demonstrativos, investindo em experiências produtivas e de manejo com populações locais. Mais de 200 projetos foram aprovados e implementados, com metas que abordaram a geração de renda, o fortalecimento da base de subsistência das comunidades beneficiadas, a utilização sustentável dos recursos naturais e a capacitação gerencial de entidades de pequenos produtores da Amazônia e da Mata Atlântica.

A experiência do PDA suscitou a criação dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), especificamente para as sociedades indígenas. O Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo) e o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea) estão apoiando iniciativas de manejo comunitário dos recursos naturais. E o Projeto Negócios Sustentáveis está investindo na viabilização de negócios baseados no uso sustentável da biodiversidade brasileira.

Outro Programa que contribui para experiências diferenciadas e com a participação da sociedade local foi o PNMA, com dois financiamentos do Banco Mundial, um em 1991 a 1996, e o outro a partir de 2000, através dos projetos de execução descentralizada. Estes pequenos projetos visavam o manejo e a utilização de produtos não madeiráveis, a implementação de sistemas agroflorestais.

A presença de movimentos sociais bem organizados e articulados constituem um importante balanço de poder frente aos grandes interesses econômicos existentes sobre a região e afetam as políticas municipais. Obviamente os estratos mais pobres da população enfrentam imensas dificuldades para eleger seus representantes. Isto quer dizer que muito ainda resta a fazer. É preciso investir pesadamente na formação e capacitação dessas populações. Só assim elas poderão ter acesso

ao governo municipal para apresentar suas demandas e, para que as mesmas possam ser atendidas é necessária ainda maior organização, pois um movimento forte é um contrapeso ao poder excessivo dos governantes, mas é preciso não esquecer que quem tem o poder legal e político constituído são os governantes e podem, se quiserem, bloquear iniciativas de grupos sociais de base. Outro fator que determina o rumo das políticas municipais é a relação entre níveis de governo. Independentemente da filiação partidária, todo município recebe as transferências estaduais e federais.

Outras formas de resposta foram realizadas pelo Centro de Extensão Humanitária e Intercâmbio Intercultural (CHOICE) que, há mais de 20 anos vem realizando mundialmente projetos de desenvolvimento comunitário, que se iniciam após demandas das comunidades. A identidade social e o acesso a recursos são essenciais para um efetivo funcionamento social (Mayfield, 2003). Um dos bons resultados deste Centro na Amazônia ocorreu na Bolívia com o programa "Mi Escuelita", visando o ensino de habilidades para a sobrevivência das crianças nos povoados rurais.

### III - Experiências bem sucedidas e oportunidades

É impossível falar de experiências bem sucedidas sem falar no crescimento das redes de solidariedade e das redes técnicas. A evolução das redes não se fez sentir apenas na forma de sua expansão capilar, de organização, mas também na alteração do seu perfil. A cada dia elas se profissionalizam mais e mais na prestação de serviços, com a incorporação de profissionais com alta qualificação. Elas têm assumido não apenas o papel de assessoria junto a instituições governamentais, especialmente da área ambiental, mas também de participação na gestão de projetos e programas.

Bebbington (2003) considera exemplos de comunidades da Bolívia, Peru e Equador como "ilhas de intensificação sustentável", onde

os círculos da pobreza, degradação e migração foram transformados em círculos virtuosos. Para ele, os círculos sinérgicos de organizações sociais promovem o crescimento, a acumulação, a intensificação e a recuperação de recursos degradados. Esse processo tem tido maior influência em regiões pobres, onde a construção do capital social vem sendo muito incentivada.

Pesquisadores, peritos de cooperação e agências ambientais têm se preocupado em conhecer quem são, onde estão, e o que fazem estas redes<sup>3</sup>.

As agências de cooperação, citando entre elas, a União Européia, os institutos de pesquisa franceses e britânicos, incentivam projetos de identificação das mesmas tanto quanto suas representações regionais mantêm vínculos constantes com organizações não governamentais dos países onde estão instalados. A GTZ - Equador investe em levantamento minucioso sobre as redes localizadas nos países amazônicos, conta, até o momento, com 15 internacionais; 4 na Bolívia; 15 no Brasil; 3 na Colômbia; 7 no Equador, 5 no Peru. Outros ainda poderiam ser citados. O grande desafio é conseguir manter todo esse arsenal atualizado, já que organizações sociais podem ser criadas da noite para o dia, bem como também podem ser encerradas. É quase impossível mensurar a dinâmica neste setor.

Redes vinculadas aos acordos internacionais ou mesmo outras com perfil de ativista como o Greenpeace, ou ainda aquelas que se consolidam por meio da implantação de projetos. A mobilização por meio de redes amplia a capacidade de influência e investimento de muitas organizações locais. Neste sentido pode ser enfatizado, por exemplo, que as grandes redes internacionais acabam também se nacionalizando, como a WWF nos mostra, com seus comitês diretivos nacionais. A IUCN-SUR, instalada em Quito desde 1991, é formada por 90 membros institucionais, entre os quais, Estados, agências de governo, organizações não governamentais e filiadas, e, possui, na região, cerca de 800 cientistas e experts voluntários nas Comissões. A TNC, a CI, o Greenpeace, todos eles possuem escritórios ou

representações nos países amazônicos. Com abordagens conservacionistas e de desenvolvimento sustentável, todas estas redes participam de programas de conservação ambiental, de manejo de florestas, de recursos genéticos, desertificação, recursos marinhos e costeiros.

No Brasil, a Rede do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que foi constituído com cerca de 120 organizações no início de implementação do PPG-7 hoje possui 513 organizações integradas ao trabalho político de pressão, negociação e desenvolvimento de experiências. O PPG-7 pode ser visto como um experimento, uma alternativa multilateral, em pequena escala, de gestão compartilhada de um programa que busca sustentabilidade. O Programa tem analisado o grau de complexidade e de dificuldade para que as experiências possam, de fato, influenciar políticas (Mello, 2002). Normalmente este é um aspecto que esta fora da governabilidade dos programas, demandando esforços sistemáticos em diferentes áreas de atuação, mas há resultados importantes como o licenciamento ambiental em propriedade rural, iniciado pela FEMA do Mato Grosso que serviu de modelo para as políticas de monitoramento, licenciamento e controle de outros Estados amazônicos. No entanto, o tempo de maturação é longo, e lento e os argumentos devem ser convincentes. A expansão das demarcações de terras indígenas foi outro bom resultado. Iniciado com uma meta de delimitar 44 áreas indígenas em 1996, o projeto identificou 93 áreas, demarcou e regularizou 149 áreas, homologando 29 milhões de hectares por decreto presidencial.

Um grande apoio ao desenvolvimento das redes, no Brasil, foi o FNMA que financiou, entre 1990 e 2001, mais de 300 projetos nas áreas de extensão florestal; gestão integrada de áreas protegidas; manejo sustentável da flora e fauna; uso sustentável dos recursos pesqueiros; educação ambiental; Amazônia sustentável; qualidade ambiental, gestão integrada de resíduos sólidos. Foram as primeiras experiências de financiamento Estado – sociedade civil, tanto ONG individualmente

como as que se organizaram nas Redes (Mata Atlântica, do Cerrado, GTA, Semi-árido nordestino, Fórum Brasileiro de ONG e movimentos sociais, etc) com o Fundo servindo-se de recursos de um empréstimo do Banco Interamericano. Extremamente lento no início e funcionando como um balcão aberto de projetos, ao longo destes 11 anos o Fundo se estruturou e redefiniu suas diretrizes, passando a apoiar, ao mesmo tempo, projetos que contribuíam para a concretização da política nacional de meio ambiente, e projetos originados das demandas sociais.

Redes semelhantes encontram-se nos outros países da bacia amazônica e tornam-se parceiras de organizações locais para estimular o desenvolvimento de projetos.

A iniciativa MAP (Madre de Dios, Acre, Pando), na tríplice fronteira Bolívia – Brasil – Peru merece destaque por ser um fórum de discussão entre grupos interessados em colaboração binacional e trinacional. Por ser uma região que ocupa 300 mil km<sup>2</sup>, 750 mil pessoas e que poderá ainda ter um incremento populacional entre 46%, no Acre, a 56% em 62% no Peru e 112%

na Bolívia. Há cerca de 5 milhões de hectares de concessões madeireiras. Em 2002, praticamente toda a madeira comercializada resultou do desmate ilegal em Rondônia e Acre; do manejo no departamento de Pando e da exploração tradicional no departamento de Madre de Dios. A mobilização existente nas comunidades regionais objetiva a produção florestal sustentável, partindo do seu potencial florestal (madeireiro, não-madeireiro e de serviços ambientais) em benefício equitativo da população. Mas existe insuficiente pesquisa sobre as espécies madeireiras (espécies tradicionais, nobres e não tradicionais), ciclos de corte, comportamento e ecologia das espécies. A análise integral da região das ações e monitoramento entre os três países é importante para otimizar a atividade madeireira na região aumentando a economia local e encontrando caminhos que ajudem a minimizar os prejuízos futuros e maximizar o uso do recurso madeira.

O significativo neste processo é que muitas destas experiências citadas estão sendo requisitadas para servirem de exemplos para alternativas de políticas públicas.

Na Bolívia, as centrais indígenas têm obtido mais facilmente financiamentos para seus projetos. A Confederação Indígena do Oriente Boliviano – CIDOB é a central mais reconhecida, possuindo representações na maior parte das cidades como Cobija, Riberalta, Trinidad, San Ignacio.

No Brasil, os conflitos estão vinculados especialmente ao processo da propriedade da terra e de demarcação de territórios indígenas, quilombolas ou extrativistas. Na porção amazônica do país existem aproximadamente 400 grupos indígenas, cuja maioria já possui seus territórios demarcados. Apesar desse avanço, existem ainda alguns grupos que dependem desse processo. Entretanto, a demarcação não é suficiente para estancar invasões ou usos inadequados.

A diversidade de culturas e sua integração tem sido objeto de infindáveis discussões, uma vez que afeta a própria existência das sociedades indígenas, suas relações com a sociedade não-índia, no que diz respeito principalmente às interações econômicas. O modelo integracionista, sem levar em conta as especificidades de cada comunidade, tem gerado a desestruturação sócio-política e elevado o grau de dependência dos índios em relação a bens que eles não têm como produzir em relação às tecnologias, em detrimento de seus conhecimentos, suas formas próprias de organização, de tomada de decisão e de suas formas próprias de sobrevivência. Monocultura de arroz nas Terras Indígenas Xavante, extração de borracha nas Terras Indígenas Munduruku, extração de castanha e madeira nas Terras Indígenas Kayapó, extração de madeira no Sul do país e implantação de pastagens em localidades da Amazônia Legal.

No extremo norte, em Roraima, são encontrados os macuxis, ingaricós, tauarepangues, uapixangas, patamonas e yanomamis. Em alguns dos Estados amazônicos, milhares de índios,



entre eles, os guaranis/kaiowás, terenas, caiabis, vivem pressionados pelo espaço reduzido de que dispõem.

No Peru, os grupos Shipibo, Conibo e Jivaros vivem em comunidades camponesas com territórios bem delimitados.

No Equador, etnias importantes como os Shuars (de língua jivaro), os Quíchuas, os Huaoranis, os Cofans se distribuem entre montanhas e floresta. A Confederação de nacionalidades indígenas do Equador – CONAIE exerce uma pressão constante para o recebimento de títulos de propriedades, tendo já beneficiado os Shuars. As concessões petrolíferas coincidem com as áreas protegidas (2 milhões de hectares) que também são impactadas pelas áreas abertas à colonização agrícola (2,5 milhões de hectares), com milhares de colonos, que lutam pelo seu direito de cultivar.

Na Colômbia são 70 mil índios do tronco Arauak e Karib, que possuem uma certa autonomia e obtiveram em 1992 a delimitação de vastas reservas (os resguardos) estendidos sobre dois terços da Amazônia colombiana (18 milhões de hectares).

É importante lembrar que mesmo tendo sucesso nas parcerias, as experiências promovem também aprendizados e métodos de negociação, planejamento e aplicação de métodos de gestão de recursos naturais mais abertos e mais eficazes.

Contudo, dois problemas são iminentes: a) a falta de sustentabilidade econômica e financeira, pois, por se tratar de recursos externos à região, o risco de não dispor de condições de continuidade do mesmo; e b) falta de sustentabilidade política, pois por se tratar de um programa de cooperação, não possui força suficiente para modificar o modelo insustentável imposto à região. As ações estruturantes realizadas, em especial por governos e também pelo setor privado precisam incorporar estes resultados.

Outro aspecto que pode fragilizar as ações de desenvolvimento sustentável são as decisões privadas, vinculadas aos mercados nacionais e especialmente o internacional. No caso da Amazônia brasileira, especialmente a soja; na Andina, o petróleo.

O quadro abaixo sintetiza o repertório dos projetos identificados nas Amazônias dos diferentes países do Tratado de Cooperação Amazônica e evidencia as temáticas que normalmente são abordadas nos projetos e os atores envolvidos. Ao lado desta caracterização, os resultados obtidos, as lições aprendidas e o âmbito das ações.

#### Algumas conclusões

A Amazônia é diversa, é plural. À pluralidade da natureza associa-se a diversidade social e cultural. Da mesma maneira, a diversidade de visões políticas. Pensá-la no singular é liquidá-la. Reduzir seu capital, suas potencialidades e capacidades a meros reprodutores de modelos externos, convencionais, orientados pelo imediatismo demonstraria uma grande perda. Impossível pensar em um único modelo para substituir o atual. O grande desafio é investir no fortalecimento dos laços entre os países e povos em interesses que sejam comuns para se visualizar os caminhos que permitam alçar à uma outra condição humana, a população da região. Mas, não há mais tempo para esperar. Urgem mudanças concretas. Muitas delas já começaram...

A inserção da região no processo de globalização, financeiro e econômico, se fez aguçando a pobreza e as contradições. Seguidos governos não conseguiram sequer reduzir a pobreza e promover condições de cidadania para suas populações marginais. Se estas vertentes da globalização acentuam as difíceis condições da população amazônica, outros fortes aspectos da mundialização também se fazem presentes na região induzindo-a a valorização de seus atributos. As tendências mundiais de conservação do meio ambiente fortalecem os mecanismos de aproveitamento

## Quadro-síntese

Área Programática: Ordenamento Territorial, Assentamentos humanos e Assuntos Indígenas	Análise da Informação		Síntese dos resultados	Nível <sup>4</sup> (I, R, SR, N)
Temas e Sub-temas	Atores envolvidos	Análise da Informação	Síntese dos resultados	
Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais renováveis (corredores ecológicos, gestão, ecoturismo, etc).	Fundações (alemãs, estadunidenses, norueguesas); Municípios, prefeituras, mancomunidades, prefeituras de departamentos; Líderes políticos, representantes comunitários indígenas, Associações indígenas;	Maioria dos programas são em parcerias entre associações locais, prefeituras, em coordenações regionais; Investimento também em processos produtivos locais visando mercado nacional ou internacional, com objetivos de novas oportunidades econômicas; Evolução de projetos elaborados com pouca participação local para metodologias que permitem identificar as necessidades e aspirações das populações do lugar;	Terras indígenas demarcadas, participação dos indígenas em planos de ordenamento territorial e manejo de seus territórios e consolidação da administração indígena sob floresta tropical (21 milhões de hectares na Colômbia; 22,3 milhões de ha são demandados na Bolívia, 500 milhões no Brasil);	Internacional = 5 Regional = 3 Bolívia = 14 Brasil = 22 Colômbia = 4 Equador = 1 Peru = 2
Diversidade cultural e direitos territoriais dos povos indígenas (demarcação, registro, homologação de seus territórios)	Agências multilaterais e bilaterais (PNUD, CE, DANIDA, IICD, USAID, BIRD, ITTO, ICLEI, HIVOS, TNC, WWF, Agência de Cooperação e Desenvolvimento do Canadá-ACDI);	Vários foros foram criados como instância política e propositiva após 1992; Investimentos externos em quase todos os países amazônicos, em processos de fortalecimento e consolidação de lideranças, governos locais, cientistas sociais e funcionários públicos;	Redução do índice de queimadas e desmatamento em alguns Estados amazônicos brasileiros; Oficinas itinerantes;	Guiana e Suriname = 2
Apoio à formação de capacidades locais (Incluindo formação de líderes indígenas)	Instituições e redes de capacitação locais, nacionais e internacionais;	Capacitação de agentes florestais; professores indígenas, agentes de saúde, agentes de saneamento;	Formação de Redes de Intercâmbio;	
Iniciativas em projetos de assentamentos rurais	Instituições de pesquisa científica;	Melhoria de instrumentos de gestão social, de controle e monitoramento ambiental com a prevenção de incêndios (alertas verde e amarelo; grupos voluntários, produtos capacitados no uso da técnica de fogo, etc.), o licenciamento de atividades produtivas em propriedades rurais;	Elaboração de conjuntos de materiais educativos e cartilhas sobre o uso de ferramentas tecnológicas; Difusão de práticas relacionadas com o fortalecimento das democracias participativa, com a melhoria da qualidade de vida da população; da integração social e do desenvolvimento sustentável;	
Projetos sobre questões econômicas e sociais de comunidades extrativistas	Agências de desenvolvimento econômico locais; Centros de planejamento nacionais	Mais de 300 experiências financiadas pelo FINMA e mais de 200 pelo PPG7, no Brasil;	Muitos desses programas ou projetos serviram como fonte de inspiração e modelo para os governos e sociedade civil organizada apresentarem os seus, para as mesmas fontes financeiras ou em novas; A retroalimentação e o reforço das experiências positivas entre programas e projetos: o que foi aprendido em um, pode servir como degrau para um outro;	

## Continuação do Quadro-síntese

Temas e Sub-temas	Atores envolvidos	Análise da Informação	Síntese dos resultados
Zoneamento Ecológico Econômico (diversas escalas)	Organizações da sociedade civil locais, nacionais e internacionais e cooperativas, Ministérios, autarquias federais, governos estaduais; secretarias estaduais, Conselhos nacionais que possuem a sociedade representada por seus membros; Bancos privados, Fundos Nacionais de meio ambiente e investimento social.	Institucionalização de espaços de confluência de iniciativas sociais e de articulação entre setores públicos e privado a nível local, resultantes da descentralização administrativa (Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Colômbia); Composição e difusão de bases de dados das redes regionais e das ONG; Projetos de exploração madeireira e produção sustentável estimularam a expansão de áreas de florestas públicas; Envolvimento da população feminina em alternativas econômicas para o desenvolvimento local, no aproveitamento de matérias primas antes inexploradas, transformando-as em novos produtos;	Diversificação das fontes de financiamento para as experiências governamentais em parcerias com a sociedade tem sido financiadas pelo GEF, CE; Realização de diversos Planos de Desenvolvimento Local Sustentável (DLIS), mas reduzidas experiências de projetos em centros urbanos amazônicos; Campanhas de mobilização envolvendo comunidades, profissionais, visando bloquear processos, leis ou atividades de risco para o meio ambiente, populações tradicionais, indígenas, etc. Normalmente estas campanhas são coordenadas pelo Greenpeace, Amigos da Terra ou WWF e com grande repercussão;
		Criação de novas reservas extrativistas (no Brasil); Criação de canais de comunicação (rádios locais) visando atender comunidades isoladas; Perigos, contradições de políticas e riscos; Gasodutos (gás natural e petróleo no Peru, Bolívia, Equador) que estão sendo construídos entre campos de gás atingem povos indígenas.	Campanhas nacionais e internacionais de combate a biopirataria;

<sup>4</sup> I = internacional  
R = regional (os 8 países)  
SR = subregional (2 a 7 países)  
N = nacional

das oportunidades de valorização da biodiversidade, de prestação de serviços ao ambiente global, de uso e manejo sustentável de seus recursos naturais. O capital social duramente construído e potencialidades humanas permitem vislumbrar alternativas possíveis, apesar do imenso desafio a superar quanto às extremas condições de pobreza, indigência e de enfraquecimento das culturas.

Contrapõe-se a estas tendências, a exploração imediata e inadequada dos recursos naturais, o avanço da fronteira agrícola e a conversão florestal, o desmatamento, estimulados pelos baixos preços da terra, pela inexistência (ou a fraca ocorrência) de infra-estruturas de transportes e comunicação, pelo isolamento, pela falta de mercado a produtos locais. Há forte pressão sobre áreas protegidas e ecossistemas ainda pouco conhecidos, áreas indígenas e populações tradicionais em favor das economias dominantes.

A valorização do conhecimento tradicional já tem sido um dos aspectos relativamente bem abordado no âmbito das iniciativas sociais existentes, apontando para o seu aprimoramento em novos projetos, novos investimentos e/ou financiamentos nacionais ou internacionais.

No entanto, apesar da quantidade e diversidade de iniciativas da sociedade, estas se encontram ainda em uma fase embrionária, de experimentação piloto. O indicado é que sejam integradas e articuladas dentro do processo político e econômico nacional e regional. Isto significa transformá-las em políticas nacionais, em cada um dos países, já que as experiências e projetos são muitos, mas tratam do assunto de maneira pontual. Inserir como elemento estratégico de uma política pública implica em mecanismos de implementação continuada, de articulação com outras políticas – econômica, sobretudo.

Muito trabalho já foi concretizado, seja por iniciativas de uma ou outra representação da sociedade organizada, seja por meio das redes de solidariedade e técnicas, normalmente com apoio financeiro de instituições públicas, de organismos bilaterais ou multilaterais, agências de cooperação. Ao longo das últimas décadas formaram-se alianças estratégicas entre estes diversos setores, e experimentou-se a implementação de ações por meio de parcerias nunca antes imaginadas. Isto requer continuidade, requer seu fortalecimento. Requer investimento na formação, na capacitação e na ampliação das realizações. Requer que as associações que participam do processo sejam mais fortes, mais consolidadas. Já analisamos que o seu nível de institucionalização é bastante diverso. É preciso implantá-las mais consistentemente, induzindo-as a realizar seu registro, de maneira que possam aceder aos fundos públicos e que possam constituir suas equipes permanentes. É preciso incluí-las em articulações e negociações com o setor privado, de maneira a construir uma confiança mútua, hoje inexistente.

Mas, ao mesmo tempo, é preciso ter muito cuidado com o risco que representa, neste processo, a dependência dos bancos de financiamento e desenvolvimento. Parte do crescimento da participação ocorreu em função de condicionalidades e exigências dos organismos financiadores, como o BID e BIRD, que exigiam – e financiavam – a presença de representações da sociedade. Uma mudança de direcionamento nestes organismos pode representar a redução drástica ou um rompimento com a participação social. Caso não ocorra o fortalecimento advindo da própria sociedade e dos Estados, pode-se “estar à mercê das decisões” políticas e econômicas que afetam as condições do desenvolvimento. Evidentemente os avanços da democracia na América Latina e nos países amazônicos são uma segurança à participação, mas não são infalíveis.

### Notas

<sup>1</sup> A base do presente artigo foi o estudo realizado para a IUCN e a OTCA, com recursos do Banco Mundial, que objetivou contribuir para a elaboração do Plano estratégico 2004 – 2010 da Organização e para o desenvolvimento da iniciativa Amazônia Sustentável no Terceiro Milênio. Concorreram para este estudo diversos pesquisadores e organizações que disponibilizaram sua própria rede de trabalho para a obtenção de informações imprescindíveis, aos quais a autora agradece. Entre eles não se pode deixar de mencionar: Laetícia B. Perrier, Laurent Lacroix, Enrique Herrera, Ronald Calderon, Pierre Gondard, Patricia Molina, Pablo Pacheco, Claudia Mayer, Dania Quirola, Luz Marina Arevalo, Francisco Ruiz, Richard Pasquis, Luciana Machado, Flora Cerqueira. Algumas instituições prestaram também ajuda fundamental: Fórum Carajás, Rede SUSAM, Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fobomade), Cepad

<sup>2</sup> Dados anunciados pelo Governo Federal em 25 de Junho de 2003.

<sup>3</sup> CHARNOVITZ “in” *Courrier de la Planète* (2001: 78) que considera 1775 o ano a partir do qual dos “individus ayant des intérêts communs ont créé des ONG orientées sur des thématiques nationales pour influencer les prises de décisions politiques”. Este autor estabelece períodos para mostrar o crescimento do poder de influência das ONG sobre a governança mundial. Nestes termos sete períodos marcantes são: a) a emergência, que ocorre entre 1775 e 1918; b) o engajamento, de 1919 a 1934; c) o desengajamento, de 1935 a 1944; d) a formalização, de 1945 a 1949; e) limitação, de 1950 a 1971; f) de 1972 a 1991, o período de intensificação e g) a partir de 1992, com a tomada do poder, quando na Conferência do Rio havia mais ONG que governos.

### Bibliografia

ATRIA, Raúl (CEPAL) et all. *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe : en busca de un nuevo paradigma*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal e Michigan State University. Santiago de Chile, Publicaciones de las Naciones Unidas, enero 2003.

ARAGÓN, Luis E. Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia? Disponível em: [www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/Coletanea5/02LuisAragon.pdf](http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/Coletanea5/02LuisAragon.pdf). visitado em 14 de dezembro de 2004.

BOLFOR, Proyecto de Manejo Forestal Sostenible. Site <http://bolfor.chemonics.net>, visitado em 03 de março de 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia brasileira. Brasília : MMA/SBF, 2001.

CASTRO, Edna (organizadora). *Anais do Simpósio Amazônia, Cidades e Geopolítica das águas*. Projeto MEGAM. Belém: NAEA/UFPA, 22 a 25 de junho de 2003, 226 p. 1 CD

CASTRO, Ina E. de. *Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo brasileiro*. Território, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, p.33-42, 1996.

COLÔMBIA. Ministerio de Ambiente, “Vivienda y Desarrollo Territorial. Bases Conceptuales y Metodológicas”. In *Diseño de la línea base de información ambiental sobre los recursos naturales y el medio ambiente en la Amazonia colombiana*. Bogotá: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, 2003.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. Políticas para la gestión ambiental y social de las operaciones de CAF. La sesión del CPNC de fecha 12/12/2000 (mimeo).

CRESPO, Samira. “O movimento ambientalista brasileiro pós Rio 92 – Tendências e perspectivas”. In FELDMAN, Fabio (ed.). *Rio + 10 Brasil ; uma década de transformações*. Rio de Janeiro: ISER – Instituto de Estudos da Religião; Ministério de Meio Ambiente; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. 2002.

DOUROJEANNI, Marc; PÁDUA, Maria Tereza J. Biodiversidade, a hora decisiva. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

DROULERS, Martine. L'Amazonie vers un développement durable. Paris: Armand Colin/SEJER. 2004.

HERBAS, Gabriel. Diez años de desarrollo sostenible em Bolívia: uma mirada crítica. Fobomade (Foro Boliviano sobre Médio Ambiente y Desarrollo). <http://www.fobomade.org.bo>. Acessado em 20 de fevereiro de 2004.

MALDIDIÉ, Christophe. "Le local, le national et l'international dans la gestion des forêts tropicales: une aire protégée au Nicaragua". In VERDEAUX, François (ed.). La forêt-monde en question. Recomposition du rapport des sociétés à la forêt dans les pays du Sud. Bondy: Editions de l'Aube, Institut de recherche pour le développement, 1999. p.83-96. (Cahiers des sciences humaines, nouvelle série n° 9).

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas públicas territoriais na Amazônia Brasileira: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento – 1970 a 2000. Tese de doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo e Université de Paris X – Nanterre. Setembro.2002.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. Plano Estratégico 2003-2010. Secretaria Permanente, novembro.2003 (mimeo).

PACHECO, Pablo. "Municipalidades y participación local em la gestión forestal en Bolívia". In FERROUKHI, Lyès (editor). La gestion forestal municipal em América Latina. Center for International Forestry Research.(CIFOR) e Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo e Oficina Regional para América Latina y el Caribe de CIID. Costa Rica. 2003 (acessado em 21.02.2004 no site <http://www.cifor.cgiar.org>

PASQUIS, Richard et al (coord). "As Amazônias: um mosaico de visões sobre a região", Estudo realizado para o Banco Mundial. Maio de 2003. Co-autoria. Site. [www.atmos.ggf.br](http://www.atmos.ggf.br)

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL. Construindo a sustentabilidade: lições aprendidas no Programa Piloto. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Coordenação da Amazônia, Série Textos para Discussão n° 1, junho de 2002, 25 p.

TONI, Fabiano. "La gestión forestal en los municipios de la Amazônia Brasileña". In FERROUKHI, Lyès (editor). La gestión forestal municipal em América Latina. Center for International Forestry Research.(CIFOR) e Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo e Oficina Regional para América Latina y el Caribe de CIID. Costa Rica. 2003 (acessado em 21.02.2004 no site <http://www.cifor.cgiar.org>

USSELMAN, Pierre. O Estado atual das pesquisas francesas nos países da bacia amazônica. Seminário META, setembro. 2003.

VIANNA, Gilney et al. Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras na Amazônia por madeiras asiáticas. Brasília, Câmara dos Deputados, dezembro de 1999.

Sites visitados:

<http://www.iwokroma.org>

<http://www.flec.kvl.dk/FOMABO/>

<http://www.cepad.org>

<http://www.iadb.org/>

<http://www.worldbank.org>

<http://greenpeace.org>

<http://rits.org.br>

<http://sinchi.org.co>

[http://www.censat.org/Red\\_Juan.htm](http://www.censat.org/Red_Juan.htm)

<http://www.coama.org.co/>

<http://www.unii.net/confeniae/espanol>

<http://civicus.org>

<http://lidema.org.bo>

<http://www.cidob-bo.org/>

## Glossário

ASL – Associações sociais do lugar	PDPI – Subprograma de Projetos Demonstrativos para Populações Indígenas
BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento	PED – Programa de Execução Descentralizada
BIRD – Banco Mundial	PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente
CAF – Cooperação Andina de Fomento	PPG7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras
GEF – Global Environment Facilities	SNAP – Sistema Nacional de Áreas Protegidas (Bolívia)
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente	SPRN - Subprograma de Política de Recursos Naturais do PPG7
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade	TCO – Territórios comunitários de origem
PDA – Subprograma de Projetos Demonstrativos – tipo A	UFM – Unidades Florestais Municipais
	UNAMAZ - União das Universidades Amazônicas

Trabalho enviado em maio de 2004.

Trabalho aceito em agosto de 2004.

